

Cidades, políticas e ativismos alimentares: diálogos com a agricultura familiar

Coordenadora:

Leticia Andrea Chechi, Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Apresentadores(as):

Leticia Andrea Chechi, Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Silvia Aparecida Zimmermann, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Camila Lago Braga, Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Paulo Andre Niederle, Universidade Federal do Rio Grando do Sul (UFRGS)

Justificativa

A promoção de sistemas alimentares sustentáveis está na ordem do dia. Longe de uma “tarefa” só das áreas e dos atores rurais, a transformação dos sistemas alimentares demanda engajamento das cidades, de diferentes atores que compõem esses espaços (organizações de consumidores, movimentos sociais, categoriais profissionais, gestores públicos etc.) e das políticas públicas aí presentes. Com efeito, cada vez mais as cidades são chamadas a produzir práticas e ações (Pacto de Milão, Programa Alimenta Cidade etc.) que ajudem a transformar os ambientes e os territórios alimentares. Isso implica em promover a justiça alimentar, valorizar a alimentação regional, promover práticas agroecológicas e sustentáveis, e estimular os circuitos curtos, a agricultura urbana e periurbana, e a agricultura familiar dos territórios. Nesse contexto, essa sessão organizada apresenta os resultados de dois projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq- “Ativismos alimentares e politização da alimentação: uma análise comparada das interações entre movimentos sociais, mercados e políticas públicas nas regiões metropolitanas brasileiras” e “Construção de capacidades estatais para transformação dos sistemas agroalimentares: uma análise das políticas alimentares nas capitais brasileiras”. Trazendo casos de diferentes cidades (Salvador, Curitiba, Manaus etc.), esses projetos permitem analisar: i) as diferentes práticas e ações de ativismo alimentar que articulam rural e urbano, consumidores urbanos e agricultura familiar na construção da justiça e democracia alimentar; ii) a interação entre essas práticas ativistas e a construção de políticas públicas; iii) as capacidades estatais que os governos locais dispõem para construir políticas alimentares, promover sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis, e articular consumidores urbanos e agricultura familiar.

Resumos Expandidos:

1. Políticas Alimentares e Capacidades Estatais: uma análise do caso de Salvador – BA

Nas últimas décadas, os sistemas agroalimentares ganharam espaço na agenda de debate das políticas públicas, resultado de um conjunto de questões complexas que envolvem a produção, o consumo e a distribuição dos alimentos. Nesse contexto, as políticas alimentares assumem um importante papel e apresentam configurações diferenciadas refletindo as múltiplas dimensões da alimentação nas sociedades contemporâneas. Neste contexto, a apresentação terá como objetivo contextualizar a influência das capacidades estatais do governo municipal de Salvador, na construção e implementação de políticas públicas alimentares sob a perspectiva de sistemas alimentares sustentáveis. Para isso, se utiliza da literatura sobre capacidades estatais (Gomide; Pereira e Machado, 2017; Gomide; Pires, 2014), e as dimensões sistematizadas por Zimmermann, Grisa e Aranha (2024), para análise da implementação das políticas alimentares,

sendo estas as dimensões técnico-administrativo e político relacional, bem como seus respectivos indicadores.

Os resultados apresentados fazem parte de um projeto maior, intitulado “Construção de capacidades estatais para transformação dos sistemas agroalimentares: uma análise das políticas alimentares nas capitais brasileiras”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, através da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT No 18/2021. Para a análise do caso de Salvador, a primeira fase deste estudo contemplou pesquisa bibliográfica, seguido por uma pesquisa exploratória com atores-chave e pesquisa de campo, no período de 13 a 18 de novembro de 2024, em que foram entrevistados 18 atores vinculados às ações alimentares no município de Salvador.

A partir da pesquisa realizada é possível inferir que o histórico político do município de Salvador, bem como as disputas existentes desta esfera administrativa, com os governos estadual e federal, não deixam fortalecer capacidades estatais que poderiam ser mobilizadas no município. As ações implementadas pelo poder público municipal em Salvador que poderiam ser enquadradas como políticas alimentares ainda são bastante incipientes. De acordo com a pesquisa de campo, há aproximadamente um milhão de pessoas passando fome em Salvador, dados que condizem com a pesquisa QualiSalvador (Santos et al., 2022), que revelou a condição de insegurança alimentar vivenciada por 40,9% da população soteropolitana, sendo a insegurança alimentar grave mais elevada que no Nordeste e quase o dobro do encontrado para o Brasil e para área urbana.

Foram identificadas iniciativas como banco de alimentos, restaurantes populares, hortas urbanas, feiras livres e mercados municipais, além da execução de políticas federais, como o O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por exemplo. Contudo, estas iniciativas poderiam ser reforçadas através da integração das esferas governamentais e participação da sociedade civil, como a própria adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), que não está presente no caso de Salvador, mas tem um quadro legal e facilitaria o acesso a outras políticas públicas. Nesse sentido, na dimensão político-relacional, os indicadores de alianças políticas e dinâmicas interpatidárias e mecanismos de participação social, demonstram que o posicionamento político no caso de Salvador dificulta a mobilização de capacidades estatais para as políticas públicas alimentares.

Referências bibliográficas

GOMIDE, A. A., PEREIRA, A. K., MACHADO, R. Apresentação - O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. *Sociedade e Cultura*, v. 20, n. 1, p. 3-12, 2017. DOI : <https://doi.org/10.5216/sec.v20i1.51311>

GOMIDE, A. A., PIRES, R. R. C. Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. *IPEA*, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3098>

SANTOS, E. et al. (org.) *QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia*./2. ed.. Salvador: Edufba, 2022. 533 p. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34177>

ZIMMERMANN, S. A.; GRISA, C.; ARANHA, A. Políticas alimentares e as capacidades estatais em capitais metropolitanas brasileiras. *Confins*, n. 63, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/11wvr>

2. Capacidades estatais e o ativismo alimentar nas políticas alimentares de Belo Horizonte e Curitiba

Curitiba, capital do Paraná, e Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, se destacam em virtude do pioneirismo na criação das políticas de abastecimento alimentar em meados dos anos 1980 e em razão da continuidade e da diversidade das ações desenvolvidas. Ambas estão articuladas em redes internacionais, como o Governo Locais pela Sustentabilidade e o Pacto de Milão, que defendem sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis, sendo referências nacionais e internacionais em políticas alimentares. Este material pretende apresentar o estudo realizado nas cidades de Belo Horizonte e Curitiba, a partir da pergunta: como as capacidades estatais dos governos subnacionais influenciam na construção e implementação de políticas alimentares integradas?, tendo sido objetivo da pesquisa a análise do modo como as capacidades estatais dos governos municipais e estaduais influenciam na construção e implementação de políticas alimentares integradas nas duas cidades mencionadas. Compreende-se por políticas alimentares integradas aquelas construídas na interdependência entre as questões ambientais, socioeconômicas, nutricionais e de saúde, visando o conjunto da população, promovendo a articulação de diversos atores e setores governamentais e não governamentais (Grisa et al, 2021). Destaca-se que este resumo expandido é baseado no artigo “Políticas alimentares e as capacidades estatais em capitais metropolitanas brasileiras”, elaborado em parceria com Cátia Grisa e Adriana Aranha, publicado no *Dossiê alimentação e políticas alimentares nas cidades*, elaborado pela Revista Confins, número 63, no ano de 2024.

Na metodologia da pesquisa foram empregadas revisão bibliográfica e documental, além da realização de 23 entrevistas semi-estruturadas com (ex)secretários, (ex)gestores e representantes da sociedade civil atuantes nos dois municípios ocorridas em 2021, resultando em 25 horas de gravação, que foram posteriormente analisadas.

O debate sobre capacidades estatais surge na década de 1960, em uma tentativa de compreender o papel do Estado no desenvolvimento. De um lado, Charles Tilly é uma referência para os estudos das condições e processos de formação dos Estados europeus ocidentais, e de outro, Michael Mann buscou problematizar as fontes de poder (ideológico, econômico, militar e político) na construção dos estados modernos – e sugere processos que fornecem capacitação para os estados produzirem políticas públicas. De modo geral, os primeiros estudos enfatizaram as competências técnicas-administrativas do funcionamento do Estado, as mudanças na sociedade (globalização, interdependência entre atores estatais e não estatais, emergência de redes auto-organizadas na realização de políticas públicas) estimularam a ampliação dessa perspectiva. Já os estudos mais recentes valorizam as habilidades políticas-relacionais entendidas como necessárias para o estado alcançar seus objetivos (Pires e Gomide, 2016). Pode se dizer que as capacidades estatais é um campo de estudo que abrange um amplo leque de perspectivas, desde a análise histórica do Estado desenvolvimentista até a governança e arranjos institucionais, sendo caracterizada como uma abordagem em construção, multidimensional e flexível, capaz de relacionar diferentes aspectos da ação estatal e suas estruturas com a sociedade e o sistema econômico (Stein, 2015). Contudo, a capacidade estatal é condição necessária, mas não suficiente para o desempenho da ação governamental (Gomide, 2021, p.19). É considerado “um estoque” de habilidades e recursos que pode ser mobilizado ou não, implicando também a capacidade organizacional e burocrática para implementar políticas públicas de um potencial que um governo pode possuir, mas que para ser concretizado precisa

ser mobilizado (Centeno et al, 2017). Como a literatura menciona, ter capacidade não quer dizer “saber usar” suas capacidades, que podem inclusive, serem subaproveitadas, mas em alguma medida, as capacidades servem para explicar o desempenho das políticas públicas, sendo fundamental que sejam acionadas, o que demanda liderança política que defina uma agenda e priorize objetivos, que acione as organizações públicas existentes para implementá-las e mobilize forças sociais e políticas para apoiar sua agenda (Gomide, 2021, p.20).

Com base em Gomide, Pereira e Machado (2017), a apresentação trata as capacidades estatais como variáveis explicativas e coloca ênfase em duas dimensões que influenciam a implementação das políticas alimentares: as capacidades técnico-administrativas e as capacidades político-relacionais. A primeira refere-se às características e às competências dos agentes do Estado para levar a efeito suas políticas públicas, bem como aos recursos financeiros e tecnológicos, infraestruturas e dispositivos técnicos que permitem a coordenação intra e intergovernamental, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas. A segunda refere-se às habilidades da burocracia do Executivo de gerenciar canais interlocução e negociação com os diversos atores sociais (Gomide e Pires, 2014) e os mecanismos de interação dessa burocracia com diferentes atores do sistema político-representativo, canais institucionalizados de participação da sociedade, e articulação com os órgãos de controle interno e externo.

Apesar da distinção entre as duas dimensões, ressalta-se o caráter político de ambas. Dado o escopo do resumo, dos sete indicadores de capacidades estatais descritos no artigo (Zimmermann, Grisa e Aranha, 2024), na presente apresentação são aprofundados apenas dois, justamente onde se percebe um diferencial relevante nos termos do ativismo alimentar, a saber, as capacidades estatais referentes aos Recursos Humanos e as Relações com o executivo e o legislativo.

Recursos Humanos

Em 1993 em Belo Horizonte o abastecimento alimentar foi definido como prioridade do governo, o que foi crucial para a mobilização de recursos e envolvimento dos setores governamentais (Aranha, 2000). A Secretaria foi composta por uma equipe multidisciplinar, que possuía habilidades técnicas, inserção política e reconhecimento acadêmico (Mafra, 2004, Aranha, 2000), sendo que parte da equipe trazia o que podemos chamar de ativismo institucional (Abers, 2021; Cayres, 2016) nos temas da produção, alimentação e SAN e a experiência na execução de políticas de abastecimento em outros municípios. Nutricionistas, bioquímicos, administradores, economistas e geógrafo foram alguns dos profissionais concursados para ampliar a capacidade de ação e regulação das políticas alimentares. Havia empenho na capacitação da burocracia em termos técnicos e nos temas de abastecimento alimentar, sendo que vários desses profissionais em 2021 ocupavam cargos de direção importantes em outras áreas da Prefeitura. A aquisição de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passou a ser atribuição da Secretaria em 1994, o que contribuiu com o reforço burocrático e financeiro que dispunha. Em 2017, o Prefeito Kalil nomeou para a Secretaria uma assistente social, com experiência na assessoria parlamentar em temas da SAN e economia solidária, rearticulando uma equipe experiente remontando as ações dos anos de 1990. Isso reativou, junto com outros elementos, o ativismo institucional, promovendo a criatividade da burocracia governamental, que se manifestou na criação e fortalecimento de institucionalidades (Caisan e Conselho Municipal de SAN) e na emergência de novas políticas públicas. Em 2021 a subsecretaria contava com 96 profissionais concursados, 70 profissionais em cargos comissionados, oito estagiários e 290 profissionais terceirizados.

No caso de Curitiba, em 1986 não havia concurso público e os (poucos) funcionários contratados e requisitados de outras instituições públicas eram bastante “*militantes*” no tema ou, em outras palavras, faziam forte ativismo institucional no abastecimento alimentar. À medida que novos programas e ações foram sendo estabelecidos, a Secretaria cresceu e, no início dos anos 2000, já contava com 449 funcionários (Sabbag, 2003). Em 2021 a Secretaria tinha aproximadamente 1000 colaboradores, sendo cerca de 700 terceirizados, 300 concursados e cinco em cargos comissionados. A equipe técnica envolve agrônomos, nutricionistas, contadores, advogados, entre outros. Alguns gestores têm trajetória em diferentes secretarias e órgãos públicos do município, do Estado e Governo Federal, o que lhes proporcionou experiência em diferentes setores e a compreensão da promoção da intersectorialidade da SAN. Destacam-se os processos de capacitação da burocracia da Secretaria a partir de 2001, para a elaboração do Plano Estratégico para o período de 2001-2004, o qual revisou os objetivos e metas da secretaria, incorporando o conceito de SAN da ONU (Sabbag, 2003); e o curso *Master in Business Administration* (MBA) de “Gestão Estratégica e Formação de Lideranças”. Assim, desde meados dos anos 2000 ganhou espaço na Secretaria o modelo do novo gerencialismo, pautado pela eficiência da gestão pública e inovação, em vista de um “servidor público empreendedor” com habilidades diversas, entre estas a incorporação de mecanismos digitais no gerenciamento das atividades e de soluções com menor custo. A Secretaria conta com gestores dedicados ao marketing e à comunicação local, nacional e internacional, empenhados para conquistar Editais para Prêmios e Concursos, dando visibilidade às ações locais.

Relações com o executivo e o legislativo

Diversas entrevistas relataram a prioridade e o ativismo conferidos por Patrus Ananias às temáticas alimentares, sendo este apoio fundamental para a fundação da Secretaria e para o fortalecimento de diversas políticas alimentares. A partir do reconhecimento nacional e internacional das ações em curso e das demandas da população belo-horizontina, todas as gestões seguintes deram continuidade às políticas alimentares, ainda que com diferentes graus de apoio político e financeiro e produção de inovações. No legislativo, embora certas resistências quanto ao formato, o desenho e o orçamento iniciais da Secretaria foram aprovados pela Câmara de Vereadores, de modo geral, não havendo bloqueios ou resistências para a atuação da Secretaria. Sua relação com a Câmara de Vereadores é bastante institucional, havendo um grupo de parlamentares defensores dos temas da SAN, resultando em boa aceitação das propostas.

Também em Curitiba o apoio de Roberto Requião na estruturação da Secretaria e das primeiras políticas alimentares é considerado fundamental. Requião teria dado respaldo para estruturar uma equipe de militantes para construir políticas alimentares. Em anos posteriores, a Secretaria recebeu maior ou menor apoio do executivo, e a partir de 2007 assumiu um perfil mais técnico e menos político. Em 2017 a Secretaria passou a ocupar maior centralidade na gestão municipal e a receber reconhecimento do Prefeito. Esta mudança é, também, creditada às inovações e projetos gestados pela Secretaria, inclusive pela pandemia que a colocou em destaque. Ainda, os vereadores, sejam da base ou da oposição ao executivo municipal recebem bem os temas da Secretaria. Em 2019 houve a criação da Frente Parlamentar de SAN, que apesar de ser presidida por uma vereadora de partido de oposição ao Prefeito, tem uma boa relação com as ações da secretaria.

Entre as considerações finais destaca-se que as políticas alimentares em Curitiba e Belo Horizonte surgiram em períodos e contextos mais ou menos similares. O retorno das eleições nos governos estaduais e municipais, a redemocratização do país e o agravamento da inflação alimentar e da dificuldade de acesso aos alimentos foram elementos que contribuíram para a criação das Secretarias de Abastecimento nas capitais estudadas, além de um amplo conjunto de políticas alimentares em ambas as cidades. Belo Horizonte tornou-se, também, referência entre as primeiras prefeituras administradas por partidos progressistas após a abertura política. Considerando o desmantelamento de diversas políticas alimentares nacionais na década de 1980 e a redução de políticas sociais no início dos 1990 (Menezes, Porto e Grisa, 2015), ambas as gestões municipais decidiram fazer frente às problemáticas alimentares locais e avançar na criação de políticas alimentares e capacidades estatais para implementá-las. Em ambos os municípios, os entrevistados manifestam conhecimento e orgulho da trajetória e das inovações construídas. Ainda, nas dinâmicas políticas estudadas, encontra-se a burocracia governamental – ora mais próxima ou mais distante da sociedade civil, ora com maior ou menor respaldo, apoio político e autonomia dado pelo Executivo e Legislativo – sendo ativista para manter, ativar ou inovar nas capacidades estatais. Nas duas metrópoles, aproveitando as novas configurações políticas, econômicas e sociais presentes nas duas últimas gestões municipais, a burocracia governamental foi capaz de ativar e potencializar as capacidades estatais para fortalecer as políticas públicas, principalmente durante o agravamento das problemáticas alimentares contemporâneas.

Referências bibliográficas

- ABERS, R. Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira. Brasília: Editora da UNB, 2021.
- ARANHA, A.V. Segurança Alimentar, Gestão Pública e Cidadania: a experiência do município de Belo Horizonte 1993-1999. Dissertação de Mestrado. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, 2000.
- CENTENO, M.A.; KOHLI, A.; YASHAR, D.J. States in the developing world. 2017.
- GRIN, E. J.; DEMARCO, D. J.; ABRUCIO, F. L. *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021.
- GOMIDE, A.A.; PEREIRA, A.K.; MACHADO, R. Apresentação. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. *Sociedade e Cultura*, v. 20, n. 1, p. 3-12, 2017.
- GRISA et al. Las políticas alimentarias y la politización de la alimentación: la experiencia latino americana. In: LE COQ et al. *Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. RJ: E-papers, 2021.
- MAFRA, L.A.S. *O município na gestão de políticas locais de segurança alimentar: regulação de mercado e assistência alimentar em Belo Horizonte*. Mestrado. RJ: CPDA/UFRRJ, 2004.
- MENEZES, F.; PORTO, S.; GRISA, C., Abastecimento Alimentar e Compras Públicas no Brasil: um resgate histórico. *Série Políticas sociais e de Alimentação*. Brasília: Centro de Excelência Contra a Fome, 2015.
- PIRES, R.R.C.; Gomide, A.Á. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de sociologia e política*, v. 24, p. 121-143, 2016.
- SABBAG, L.C. *Práticas de educação corporativa em programa de educação alimentar: o caso da Secretaria de Abastecimento Municipal de Curitiba*. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2003.

STEIN, G. Q. Capacidades estatais e políticas públicas: análise das políticas industriais brasileiras no século XXI. *I Seminário Internacional de Ciência Política*. UFRGS. Porto Alegre, set, 2015.

3. Cozinhas Solidárias como espaços de ativismo alimentar e fortalecimento da agricultura familiar: experiências em Manaus (AM) e Porto Alegre (RS)

A palestra a ser ministrada por Camila Lago Braga, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), abordará o papel das Cozinhas Solidárias como espaços de ativismo alimentar, com ênfase na articulação dessas iniciativas com a agricultura familiar. A apresentação discutirá de que forma essas cozinhas contribuem para ampliar o acesso a alimentos saudáveis entre populações em situação de vulnerabilidade social, além de traçar o perfil dos voluntários envolvidos.

A pesquisa contempla experiências em dois contextos distintos: Manaus (AM) e Porto Alegre (RS). Em Manaus, o estudo foi conduzido ao longo de 2023, antes da criação oficial do Programa Cozinhas Solidárias. Foram analisadas duas cozinhas implementadas durante a pandemia de COVID-19, com apoio de uma ONG sediada no Rio de Janeiro. Uma delas está vinculada a um projeto social coordenado por uma diocese local, voltado majoritariamente a indígenas venezuelanos residentes em um bairro periférico. A outra está localizada em uma área urbana que abriga 36 etnias indígenas, evidenciando a diversidade cultural e a complexidade dos públicos atendidos.

Em Porto Alegre (RS), a pesquisa foi realizada em 2025, já sob a vigência do Programa Cozinhas Solidárias. Serão cinco iniciativas analisadas, as quais surgiram a partir da mobilização da sociedade civil e de movimentos sociais durante a pandemia da Covid-19 e as enchentes de 2024. Embora criadas em um contexto emergencial, essas cozinhas mantiveram suas atividades após o período crítico, consolidando-se como espaços permanentes de apoio alimentar para famílias em situação de vulnerabilidade.

Um ponto de destaque a ser debatido é o recente apoio do governo federal, que passou a destinar recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o abastecimento das cozinhas solidárias com produtos oriundos da agricultura familiar. Ainda em fase inicial de cadastramento, essa política pública representa um avanço significativo na consolidação de um sistema alimentar mais justo e democrático, ao viabilizar o fornecimento regular de alimentos frescos e saudáveis a populações vulneráveis. Diante disso, torna-se essencial analisar de que forma os alimentos provenientes da agricultura familiar têm sido incorporados nas experiências estudadas, e quais impactos essa articulação tem gerado nos territórios onde as cozinhas atuam.

A pesquisa parte do princípio de que a alimentação é um direito humano fundamental, conforme estabelecido pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Defende-se que a transformação dos sistemas alimentares deve ser orientada por práticas sustentáveis, inclusivas e socialmente engajadas, capazes de fortalecer a autonomia das comunidades e promover justiça alimentar.

4. Reestruturação das políticas alimentares urbanas: oportunidades e desafios para o Programa de Alimentação do Trabalhador¹

A gestão do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que beneficia cerca de 22 milhões de trabalhadores — com prioridade para aqueles que recebem até cinco salários mínimos — é compartilhada entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Especial da Receita Federal (vinculada ao Ministério da Fazenda) e o Ministério da Saúde (MS). Cabe ao MTE a fiscalização dos aspectos trabalhistas do programa e, em parceria com o MS, a promoção da alimentação saudável e da segurança alimentar. Por sua vez, a Receita Federal é responsável pelo controle tributário, especialmente no que diz respeito à concessão do benefício fiscal de dedução de até 4% no Imposto de Renda para empresas enquadradas no regime de Lucro Real.

De acordo com o portal do MTE, o PAT é um programa de adesão voluntária que visa incentivar os empregadores a oferecerem alimentação nutricionalmente adequada aos seus funcionários, por meio de benefícios fiscais, priorizando os trabalhadores de baixa renda. No entanto, o conceito de “alimentação nutricionalmente adequada” ainda é limitado diante dos critérios de segurança alimentar e nutricional definidos pelo Guia Alimentar para a População Brasileira.

O Decreto nº 10.854/2021 introduziu mudanças significativas no PAT, como a ampliação da liberdade de escolha dos trabalhadores sobre onde se alimentar e a possibilidade de utilização do vale-alimentação em aplicativos de delivery. As empresas fornecedoras e beneficiárias que não se adequarem às novas regras poderão sofrer penalidades, incluindo a suspensão ou o cancelamento do cadastro no programa. Essas alterações estão em vigor desde maio de 2023.

Um ponto relevante sobre a operação do programa é a forma de atuação das grandes empresas facilitadoras, responsáveis pela emissão dos cartões. Elas não cobram taxas de emissão, envio ou mensalidade das empresas contratantes, pois sua principal fonte de receita provém das Tarifas de Intercâmbio cobradas a cada transação realizada com os cartões. Esses cartões multi-benefícios funcionam com base no código da atividade econômica (Merchant Category Code) dos estabelecimentos, o que restringe o uso do saldo de alimentação a locais compatíveis com essa finalidade.

Por outro lado, empresas facilitadoras de menor porte não têm acesso a esse modelo de remuneração e, por isso, frequentemente precisam cobrar taxas das empresas contratantes para manter seus serviços. Curiosamente, são justamente essas empresas menores que têm se destacado por buscar a ampliação do acesso à alimentação saudável para os trabalhadores. Um exemplo notável é o Vale Alimentação Papayas, criado em 2019 e presente nas cidades de Porto Alegre e Belo Horizonte.

A iniciativa se apresenta como uma rede de alimentação saudável e sustentável, com foco em permitir que os trabalhadores utilizem o vale em feiras orgânicas. Além disso, o aplicativo da Papayas atua como uma plataforma de transações financeiras voltada a negócios sustentáveis, sem cobrar taxas de vendedores ou compradores.

¹ Esse resumo foi produzido a partir de artigo escrito em co-autoria com Ivette Tatiana Castilla Carrascal (Unilab)
Página 8 de 9

Segundo Siqueira et al. (2022), atualmente mais de 30 estabelecimentos estão credenciados a aceitar o Papayas, incluindo feiras agroecológicas, lojas físicas e pequenos produtores que realizam entregas na região central de Porto Alegre. Os autores destacam que o surgimento do Vale Papayas representa uma alternativa de resistência em um contexto político desfavorável, contribuindo para a reconstrução das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Iniciativas como essa evidenciam o potencial de reformulação e ampliação do PAT, de modo a assegurar o acesso dos trabalhadores à alimentação saudável por meio da compra direta de produtores e comerciantes locais, incorporando os princípios da SAN e reconhecendo a alimentação como um direito fundamental.